

Câmara destrava pauta

O governo retirou ontem a urgência constitucional de vários projetos que estavam travando a pauta na Câmara dos Deputados. A decisão foi anunciada pelo presidente da Casa, deputado Aécio Neves (PSDB-MG). Na lista estão os projetos de lei que trata do cadastro de imóveis rurais, da denunciação caluniosa, do crime contra incentivos fiscais e a flexibilização do uso de royalties.

Pelo regimento, um projeto com pedido de urgência não-votado faz com que todas as demais propostas que aguardam votação fiquem paradas. A decisão foi tomada pelo governo porque há inúmeros projetos na fila.

Continua com urgência, porém, o projeto de lei complementar que regulamenta o Fundo de Erradicação da Pobreza que poderá ter a sua votação concluída hoje. Na pauta do plenário da Câmara de hoje também estará o projeto de lei complementar que cria contribuições para o pagamento da correção do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) aos trabalhadores, em decorrência das perdas causadas pelos planos Verão e Collor 1.

A Casa terá de votar ainda pro-

jeto que muda o horário de funcionamento da Câmara, como parte das medidas de racionamento de energia elétrica. As sessões passarão a terminar às 19 horas.

Hoje, Aécio Neves reunirá os líderes dos partidos para fechar uma pauta para o mês de junho. Resta ainda a urgência constitucional do projeto de lei complementar de privatização do setor de saneamento básico. O governo poderá retirar essa urgência na próxima semana.

Sobre as emendas do fundo de

Os deputados rejeitaram ontem cinco das sete emendas apresentadas ao projeto sobre o fundo de combate à pobreza

combate à pobreza, a Câmara rejeitou ontem cinco dos sete destaques apresentados ao projeto. Serão votados hoje outros dois des-

taques, que tratam da gestão do fundo pelo Conselho Nacional de Assistência Social e da destinação do Fundo pela União de 30% dos recursos pagos pelos estados, Distrito Federal e municípios em cumprimento de obrigações assumidas com a União. Entre os destaques rejeitados está o que estabelecia que o Fundo aplicará, no mínimo, 50% de seus recursos em programas de renda familiar associado a ações educacionais.

(Rose Ane Silveira e Kátia Guimaraes)